

Apropriação e mobilização dos direitos humanos na ALBA: o debate político-ideológico no conteúdo da Alba TV

Resultado de investigación finalizada

Globalização, integração regional e sub-regional.

Rossana Rocha Reis;
Otávio Dias de Souza Ferreira.
12.grupotrabajo@gmail.com

Resumo

Partindo da perspectiva de que existem tensões históricas nas relações entre esquerdas políticas e direitos humanos, atenuadas desde o último quarto do século XX, sobretudo no cenário pós-Convenção de Viena, pretende-se investigar como, na atualidade, uma organização internacional que se autoidentifica com a esquerda nas Américas, a Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA), se apropria e mobiliza os significados e as categorias de direitos humanos através de um de seus principais órgãos de comunicação, a ALBA TV.

Palavras-chave: Direitos humanos; ALBA TV; Sistema interamericano de Direitos Humanos.

Introdução

Os grupos políticos mais identificados com a esquerda foram durante muito tempo refratários à ideia de direitos humanos. Desde a condenação da ideia pelo jovem Marx (2010), em *Sobre a condição judaica*, até mais recentemente, durante a Guerra Fria, quando o tema se tornou mais um campo de batalha entre o bloco capitalista e o bloco soviético; sendo que este último valorizava tão somente aqueles direitos chamados econômicos, sociais e culturais.

Essa relação, no entanto, foi consideravelmente revista entre o final dos anos 1960 e a década de 1970, quando os grupos de esquerda na América Latina foram atingidos por uma feroz perseguição por parte de regimes políticos que fizeram amplo uso da tortura, das prisões arbitrárias e dos assassinatos¹. Na mesma época, segundo Claude Lefort (2011), esse processo também atinge os movimentos de esquerda na Europa, onde o choque teria vindo da consciência dos abusos cometidos pela repressão do regime soviético, tornados públicos pelos dissidentes daquele país. Para Lefort, nesse momento, há uma reavaliação do valor da ideia de direitos humanos, que passa a ser visto como útil na luta contra sistemas de opressão (ao invés de somente um instrumento para esconder a dominação). Ao menos parte dos grupos de esquerda passaram a valorizar cada vez mais os direitos chamados civis e políticos. Posteriormente, com a dissolução do Bloco Soviético (incentivada em grande parte pela ação política de redes de ativistas de direitos humanos que conectavam Leste e Oeste), e a realização da Convenção de Viena, em 1993, a preocupação com os

¹ Sobre esse tema, e sobre o Brasil em particular, ver Luciano de Oliveira (1995).

direitos humanos parecia ter se tornado um objeto de consenso no plano internacional, ainda que esse consenso muitas vezes não se estendesse ao conteúdo ou ao significado do termo. Lindgren Alves (1994) revela os grandes esforços empreendidos para a concretização dessa Convenção, que consagrou os princípios da indivisibilidade e da interdependência dos direitos humanos, contando com uma imensa e inédita adesão de países de todo o planeta – de esquerda e de direita – formando um consenso em torno das duas “gerações”² tradicionais. O documento ainda constituiu novas categorias de direitos como o direito ao desenvolvimento e à democracia.

O fato é que, cada vez mais, diferentes atores políticos, muitas vezes com propostas muito diferentes, ou mesmo incompatíveis, passaram a formular exigências de justiça utilizando para isso a linguagem dos direitos humanos. Nas palavras do historiador Samuel Moyn (2010), ela se tornou “a última utopia moral”, capaz de definir o que é uma vida boa e de oferecer planos a respeito de como ela pode se efetivar.

Cada vez mais pensadores identificados com uma linha política de esquerda, têm se preocupado com questões como as liberdades civis e políticas e o aprofundamento da democracia, como caminhos para a emancipação humana³. Ao longo dos últimos anos, muitos acontecimentos e transformações no cenário político mundial ajudaram a alimentar essa discussão. A globalização econômica e a consequente limitação da soberania dos Estados Nacionais, sobretudo na onda das políticas neoliberais implantadas conforme o Consenso de Washington, afetam cada vez mais a capacidade dos Estados de garantirem e promoverem os direitos humanos. Alves (2005, p. 49), preconiza a formação de duas novas classes ao redor do planeta: a dos “globalizados”, que inclui os beneficiados pelo processo, e a dos “excluídos”, composta por três quartos da população mundial. O 11 de setembro e a Guerra ao Terror servem para justificar de práticas escancaradas de violações a direitos humanos e para a instauração de cada vez mais frequentes situações de estados de exceção a profanar realidades democráticas. A crise mundial desencadeada a partir dos Estados Unidos em 2008 afeta profundamente a economia de muitos países – inclusive daqueles considerados centrais. A Europa tem fracassado na insistência de políticas de austeridade monetária e fiscal – mais identificadas com a direita política –, vendo afundar cada vez mais suas taxas de desemprego e colocando em grande ameaça preciosas conquistas históricas de direitos sociais.

Na mesma linha, Lindgren Alves (2005) avalia que as conferências internacionais da década de 1990, entre as quais se destaca a Convenção de Viena, devem ser utilizadas como “instrumentos humanizadores do processo de globalização”, mas alerta para o fato de que isso não vai ser um movimento espontâneo dos governos – por estarem estes submetidos a pressões diversas nas relações internacionais, ou ainda por estarem em situação vantajosa no processo – de

² Há uma terminologia frequentemente empreendida na literatura sobre direitos humanos que classifica como primeira geração, os civis e políticos, e como segunda geração, os sociais, econômicos e culturais. Mas essa terminologia é imprecisa em termos analíticos, uma vez que os direitos não existem necessariamente em etapas cronológicas bem definidas, variando bastante conforme o local, sendo construídos, reivindicados e consagrados muitas vezes de maneira simultânea ou até inversamente ao longo da história. E essa divisão parece separar os direitos, prejudicando o argumento de interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos.

³ Apenas para citar alguns exemplos, podemos citar Etienne Balibar, Jean-François Lyotard (Apud DOUZINAS, 2009, p. 53), Claude Lefort (2011) e Douzinas (2009).

modo que é absolutamente necessário o envolvimento de comunidades acadêmicas, ONGS e, especialmente, e movimentos sociais (Alves, 2005).

Por tudo isso, é interessante observar como organizações como a ALBA mobilizam (ou não) o discurso dos direitos humanos. Nesse sentido, destacam-se entre os princípios fundamentais que regem o *Tratado de Comércio de los Pueblos* da *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América* (ALBA)⁴, organização internacional integrada por países que no momento são governados por partidos que se definem como esquerda.

Da mesma forma, as estatísticas publicadas na página oficial desse Tratado de Comércio, além de apontar para a melhoria de indicadores econômicos, destacam conquistas no campo da promoção de direitos humanos, como a sensível melhora nos índices de desenvolvimento humano e a diminuição da mortalidade infantil em todos os países integrantes, a alfabetização de 3.643.000 pessoas a partir da aplicação do método cubano e o atendimento de quase dois milhões de pacientes com problemas de saúde visual em cinco anos, naquilo que se chamou “Misión Milagro”⁵.

Mas é na Alba TV onde se pode identificar a apropriação do discurso de direitos humanos de forma mais dinâmica, por isso, a proposta desta pesquisa é verificar como a *Alba TV* – uma das instituições de comunicação integrante do Conselho de Movimentos Sociais da ALBA – se apropriam e mobilizam os conteúdos de direitos humanos. Essa investigação tem sua relevância ampliada num momento atual em que o Sistema Interamericano de Direitos Humanos parece fragilizado ante as graves denúncias – proferidas, sobretudo, por lideranças da ALBA⁶ – a respeito da atuação seletiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos segundo os interesses da política externa estadunidense, a ponto de a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) ter recentemente se unido para pressionar por mudanças nessa Corte, com vistas a contrabalançar o poder nela exercido pelos Estados Unidos da América e pelo Canadá (UNASUL, 2012). A celeuma chegou ao ponto de, em setembro de 2012, Hugo Chavez – então presidente da Venezuela e fundador da ALBA – ter denunciado a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, como um primeiro passo para formalizar a saída do país da Corte Interamericana de Direitos Humanos no ano seguinte.

Direitos Humanos e a Alba TV

A opção de estudar a apropriação e mobilização de direitos humanos através de publicações da Alba TV é interessante porque permite visualizar como numerosos movimentos sociais que normalmente não teriam espaço nos meios de comunicação convencionais, e que se auto-inserem no campo da esquerda definem sua relação com os direitos humanos. Na página eletrônica da Alba TV, há uma sessão de notícias especialmente dedicada aos “*derechos humanos*”, com uma grande quantidade de conteúdos sobre fatos de todo o mundo, cujos conteúdos são elaborados de forma

⁴ A ALBA é uma organização internacional de integração regional da América Latina e Caribe formada em 2004 que atualmente reúne como membros: Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominicana, Equador, Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Venezuela. Após o golpe de Estado de 2009, Honduras retirou-se da ALBA. A ALBA estrutura-se em quatro Conselhos: Conselho Social, Conselho Econômico, Conselho Política e Conselho de Movimentos Sociais.

⁵ Alba-tcp (2013). Disponível em <http://www.alba-tcp.org/en/contenido/alba-tcp-statistics>. Acesso em 10.01.2013.

⁶ GIRALDI, Renata. “Venezuela, Bolívia e Equador defendem mudanças no tratamento de direitos humanos na OEA”. In Agência Brasil (2012), acesso em 02.12.2012, em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-06-05/venezuela-bolivia-e-equador-defendem-mudancas-no-tratamento-de-direitos-humanos-na-oea>

muito dinâmica, abarcando interpretações políticas sobre acontecimentos cotidianos em todo o mundo, fugindo à lógica dos tratados, e de sua linguagem cuidadosamente elaborada, com suas disposições geralmente curtas, muito genéricas e abstratas, o que praticamente inviabiliza a apreensão dos significados atribuídos ao discurso⁷.

A Alba TV é um canal comunitário internacional integrante de um dos quatro Conselhos da estrutura da organização internacional ALBA, ao lado de diversos movimentos sociais⁸. Tem como uma de suas linhas de ação “a consolidação da ALBA e de seus objetivos”. A ideia de sua criação surgiu no “*I Congreso Internacional de Comunicación hacia el Socialismo*”, em Caracas, no ano de 2006, como uma proposta de resistência ao modelo de comunicação dominante no continente.

A estrutura da Alba TV é composta por outros diversos movimentos sociais, inclusive de países de fora da ALBA e até de fora do continente americano⁹. Sediada em Caracas, na Venezuela, a Alba TV advoga para si a missão de criar um canal comunitário internacional, a partir dos movimentos sociais e das televisões comunitárias do continente, articulando “*las luchas populares contra el imperialismo, por la construcción y fortalecimiento de la identidad del sur, y para impulsar las transformaciones políticas, económicas y culturales hacia el socialismo*”¹⁰ e para criar e fortalecer emissoras comunitárias no continente.

O papel institucional oficial que é o de criação e fortalecimento de redes comunitárias de televisão da Alba TV revela-se de grande importância para a realidade democrática da América Latina, uma vez que permite a insurgência de fontes diferentes de informação, dando espaço para grupos que jamais se fariam ouvir pelas vias da televisão tradicional e operando numa lógica contra-hegemônica de publicação de conteúdos, contando com a participação de diversas redes de comunicação.

É importante salientar que não foram encontradas informações sobre a forma de financiamento da Alba TV. Também não há nenhum anúncio de empresas privadas, apenas de movimentos sociais e de campanhas temáticas.

Das três redes de comunicação que aparecem em destaque na página eletrônica principal da ALBA, a sessão “Soberania cultural e comunicativa” é a única que dedica espaço exclusivo para notícias com a temática dos direitos humanos¹¹.

O objeto inicial de pesquisa são as cem notícias da temática de direitos humanos da página eletrônica da rede de comunicação, entre 13.11.2012 a

⁷ Não deixa de ser sintomático o fato de que na página oficial da ALBA — não foi localizado um documento oficial da ALBA — nenhum boletim, informe de imprensa ou publicação — sobre críticas ao Sistema Interamericano de direitos humanos, o que não ocorre em relação à Alba TV.

⁸ Entre os movimentos que compõem o Conselho de Movimentos Sociais, encontram-se, além da Alba TV: o *Movimiento de Pobladoras y Pobladores*, a *Asociación Nacional de Medios Comunitarios Libres y Alternativos (ANMCLA)*, a *Frente Nacional Campesino Ezequiel Zamora*, a *Frente Nacional de Campesinos y Pescadores “Simón Bolívar”*, CONIVE, a Frente Bicentenario de Mujeres 200, a Red de Colectivos La Araña Feminista, a Red Nacional de Sistemas de Truke, a Frente Nacional Comunal “Simón Bolívar”, a Red Nacional de Comuneros, a Red de Organizaciones Afrovenezolanas, o Movimento de Mujeres Ana Soto, o Movimento Gayones, o OPR Bravo Sur, a Compañía Nacional de Circo, o Colectivo Nuevo Nuevo Circo, o coletivo Jóvenes por el ALBA, a Alianza Sexo – Genero Diversa Revolucionaria, a Asociación de Socorro al pueblo palestino CANAAN e outros coletivos e organizações [ALBA TV (2012). Acesso em 02.12.2012, em <http://albatv.org/Consejo-de-Movimientos-Sociales-de.html>].

⁹ As organizações identificadas na página da Alba TV como participantes são: Barricada TV (Argentina), Catia TVE (Venezuela), Contrafuegos (Uruguai), Fundación Luciernaga (Nicarágua), Kaos en la red (Europa), Mariátegui (Peru), Prensa del Frente (Argentina), Prensa rural (Colômbia) e Zin TV (Bélgica) [Alba TV (2012). Disponível em <http://albatv.org/-Participantes-.html>. Acesso em 02.12.2012].

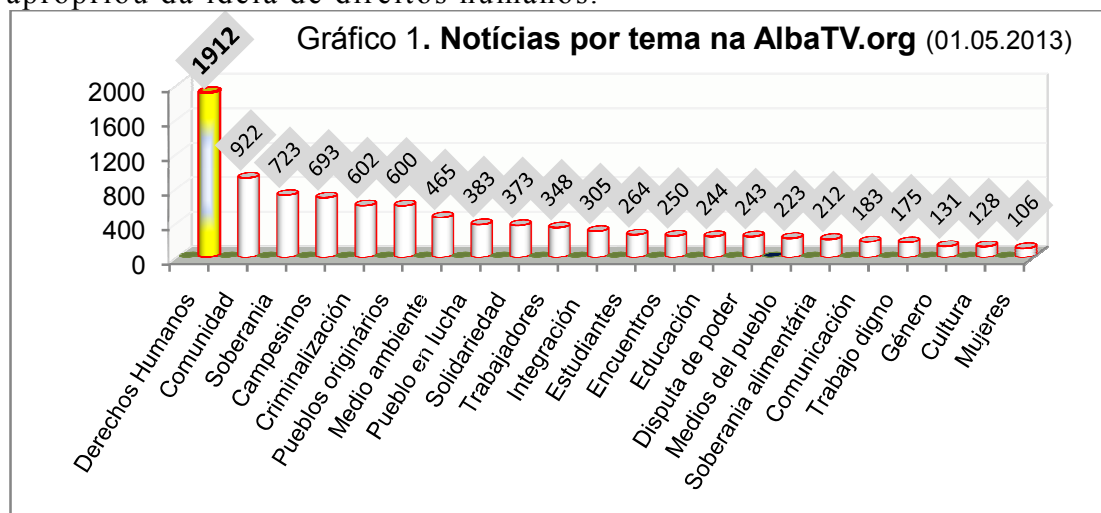
¹⁰ ALBA TV (2012). Disponível em <http://albatv.org/ALBA-TV-herramienta-para-la.html> . Acesso em 01.12.2012.

¹¹ As outras duas são a Telesur e La Radio del Sur [Disponível em <http://www.alba-tcp.org/>. Acesso em 11.06.2013].

23.09.2012. O critério dessa primeira amostra é exclusivamente temporal, tomando por base toda a última centena de notícias a partir da data de início da pesquisa empírica. Entre matérias escritas, de áudio ou de áudio e vídeo, essa amostra reúne 6,13% do total de publicações nessa temática na página da Alba TV em 13.11.2012. Sem a pretensão de um estudo quantitativo, o que se busca nesse momento é traçar um breve retrato do conteúdo.

Em todas as notícias investigadas, raramente se nota o domínio da linguagem dos tratados de direitos humanos ou das categorias da academia. São basicamente narrativas jornalísticas de fatos que envolvem questões de direitos humanos. Isso gerou muitas dificuldades na análise. Várias notícias não são evidentemente classificáveis em categorias propostas adiante. Nesses casos, a opção foi a de desconsiderá-las da apuração para evitar interpretações arbitrárias que deturpem os dados.

A Alba TV publica uma enorme quantidade de notícias sobre “*derechos humanos*”, superando com folga todas as outras 21 temáticas. São 1912 notícias publicadas entre 15 de maio de 2009 e 01 de maio de 2013. A segunda área com maior número de notícias é a “*comunidad*”, com apenas 922 (gráfico 01). Além disso, outras categorias de temas envolvem claramente direitos humanos, como por exemplo: “*campesinos*”, “*pueblos originários*”, “*criminalización*”, “*Estudiantes*”, “*trabajadores*”, “*género*” e “*mujeres*”. Isso evidencia o quanto a Alba TV privilegia essa linha editorial. E parece confirmar a tese de que a esquerda realmente se apropriou da ideia de direitos humanos.



No total das cem notícias analisadas há muito mais relatos de violações de direitos (73) do que de promoção (14). Nessa classificação, essa pesquisa admitiu o ponto de vista expressado na notícia e buscou o objeto principal a ensejar a notícia. Foram consideradas violações de direitos, notícias que tratam de denúncias ou de lutas de grupos sociais por direitos que consideram ter.

Esclarece que foram contabilizadas como casos de promoção de direitos as notícias sobre negociação de paz na Colômbia, ainda não estejam concluídas porque em geral implicam no cessar fogo e garantem, ainda que provisoriamente, o direito à vida, segurança e integridade física. Algumas notícias não foram classificáveis segundo este critério.

Quanto aos países de onde as notícias se referem, essa pesquisa fará um recorte conforme o ponto de vista expressado em notícias da Alba TV e pela posição

ideológica assumida pelos governantes no poder no ano de 2012. Alguns países são enquadrados como de direita por terem ligações na geopolítica com os EUA.

Apenas seis notícias tratam de países integrantes da ALBA: duas contendo denúncias contra políticas dos Estados Unidos no continente; duas envolvendo violações nos próprios países, mas atribuídas a agentes privados; e duas elogiando ações de promoção de direitos em países membros.

Também no que se refere aos países com status de observadores da ALBA, casos de Haiti e Síria¹², aparecem sim casos de aparecem violações de direitos humanos, mas nenhum deles é atribuído propriamente aos seus Governos. Devem-se a fatores externos ou fortuitos. Sobre o primeiro, há acusações de envolvimento das forças de paz em crimes (3 casos) ou notícias sobre a crise humanitária após o furacão Sandy (2). Sobre a Síria há um curioso vídeo trazendo entrevista com o presidente Bashar Al Assad sustentando sua permanência no poder devido pela soberania popular democrática, ameaçada por ações terroristas que contam com a cumplicidade de potências ocidentais que tentam o transformar no vilão internacional da vez.

Por outro lado, os maiores alvos de denúncias de violações de direitos são países com governos mais identificados atualmente com a direita política e com proximidade com os Estados Unidos, como Colômbia, Chile, Paraguai, México, Guatemala, Panamá, Honduras, Espanha, Israel, Bahrein, Turquia e Grécia totalizando 65 notícias e os EUA, mesmo que quem esteja no poder atualmente sejam os democratas – considerados mais à esquerda no contexto norteamericano –, com outras sete. São 59 casos de violação de direitos, sendo a maioria atribuída aos Governos. No caso das notícias sobre a promoção de direitos, ao todo sete, sendo parte delas referindo-se aos processos de promoção da paz na Colômbia. Seis foram consideradas neutras para esse critério.

Outros países de governos mais ligados à esquerda, mas não pertencentes à ALBA, como Argentina, Brasil, Peru, África do Sul e Uruguai reúnem ao todo 15 notícias. Nove delas tratam de violações de direitos, quatro de casos de promoção e duas são neutras. Três dos casos de violações referem-se à impunidade em delitos antigos, dois relacionados a ditaduras antigas na Argentina e um a um famoso massacre de presos no Brasil há vinte anos.

Assim, a leitura simples dos dados quantitativos sobre promoção e violação de direitos conforme a orientação ideológica dos governos ou o pertencimento à ALBA por si só não revela a forma pela qual os dados são veiculados. Pois varia muito a responsabilização pelas violações e pela promoção. Quando as notícias se referem a violações de direitos envolvendo países com governos de direita, é mais comum a atribuição da responsabilidade a seus governos atuais do que quando ocorrem em países da ALBA ou de esquerda.

Os países que mais aparecem em notícias são o Chile (19 vezes), a Colômbia (14) e a Argentina (8). Mas há notícias que tratam reiteradamente de um mesmo caso, geralmente trazendo algum fato novo.

Casos recorrentes no período estudado são as violações contra os índios Mapuche no Chile (7 vezes), as negociações de paz entre o Governo colombiano e as FARC (4), a abusos do governo de Israel contra palestinos (4) e os protestos e violações de direitos civis e sociais no âmbito da crise europeia (3).

¹² A Síria e o Irã são dois curiosos de observadores da ALBA que não se enquadram sem identidade ideológica com a esquerda. Essas alianças justificam-se por outras questões, mais ligadas ao contexto geopolítico.

Em termos mais gerais, os principais temas referem-se a formas de repressão perpetrada contra ativistas e movimentos sociais – incluindo assassinatos, desaparecimentos, violência contra ativistas em protestos, detenções ou até a proibição de protestos – e a impunidade dos autores (40 notícias) e a lutas sociais pela terra no continente americano (26).

Um tema repetido relaciona-se com as recentes ditaduras de direita na Argentina e no Chile (7 notícias). Tratam da impunidade de agentes da repressão, de homenagem aos executados políticos, a um sacerdote que combateu a ditadura de Pinochet ou ao movimento Abuelas de Mayo e da sua atividade de busca de “netos” sequestrados pelo Estado argentino.

Recorrentes são as denúncias contra diversas políticas estadunidenses ao redor do mundo (6 notícias), que vão desde acusação genérica de crimes perpetrados pela CIA ao redor do mundo até o financiamento da oposição na eleição equatoriana.

Outros direitos apareceram que não se enquadram em nenhuma das duas “gerações” tradicionais, os quais, a depender do autor, podem ser considerados como de 3ª ou até de 4ª geração. Direitos como à democracia (2 notícias), à paz (6), ou ao meio ambiente (12) – que totalizam 20 notícias – foram classificados como de terceira geração. As notícias envolvendo manifestações indígenas por terra foram consideradas como envolvendo também o direito ao meio ambiente, pois é recorrente nesses movimentos a menção das ameaças à natureza e da defesa da “mãe terra”.

Em termos das categorias de direito estabelecidas nos tratados da ONU de 1966, os mais presentes são os civis (73) – com destaque para os direitos à vida e à integridade física (31) –, seguidos pelos sociais (38) – com destaque para o direito à terra e à moradia (23), e para os culturais (19), com destaque para a preservação das tradições indígenas. Esclarece-se aqui que foram tomados por direitos culturais notícias relacionadas à luta pela terra de populações tradicionais - como os kurdos, os palestinos e os indígenas (15).

E vale mencionar uma notícia de 23.10.2011 sobre o sistema internacional de direitos, comemorando a vitória de camponeses na ONU, com a aprovação de resolução (identificada como A/HRC/21/L23) que dispõe sobre direitos de trabalhadores rurais.

A ALBA e o sistema interamericano de direitos humanos

Nas cem notícias avaliadas pelo critério temporal, embora reveladoras de aspectos significativos da mobilização do discurso de direitos humanos por um bloco da esquerda na América Latina – não há menção à celeuma recente entre líderes de países da ALBA e da UNASUL em relação ao funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Assim, num segundo momento, esta pesquisa optou por realizar buscas por quatro sentenças na página da Alba TV, abrangendo todo o período de funcionamento do meio de comunicação. Por “Comisión Interamericana de Derechos Humanos” apareceram 2 resultados; por “Corte Interamericana de Derechos Humanos”, outros 45; por “Sistema Interamericano de Derechos Humanos”, mais 7; e por “CIDH” (abreviação para Comissão Interamericana de Direitos Humanos), mais 92¹³. Esses resultados, que envolvem notícias escritas ou vídeos, entrevistas, artigos de opinião e

¹³ Em 22.12.2012 foram pesquisadas as 3 primeiras sentenças e em 01.05.2013, a última. Esta pesquisa mais recente resultou em 106 notícias, mas 14 delas já haviam sido analisadas nas pesquisas anteriores.

até o resultado final de encontro de indígenas do continente foram investigados, não mais com o foco da primeira parte da pesquisa, mas buscando entender a imagem elaborada pela Alba TV em relação ao funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Apesar das duras críticas recentes de integrantes da ALBA ao funcionamento da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pelo número de notícias referentes a denúncias dirigidas a essas organizações internacionais na defesa de direitos de movimentos sociais parece que a imagem é mais positiva do que negativa.

Há dezenas de denúncias de violência contra jornalistas, mulheres, camponeses e indígenas no continente, com destaque para aquelas que envolvem México, Honduras, Chile e Colômbia. Vários desses casos chegam aos organismos do Sistema Regional Interamericano de Direitos Humanos.

Países que aparecem com frequência destacada nessa pesquisa em acusações de violência e criminalização indevida de governos recentes contra opositores e integrantes de movimentos sociais, a demandar a atuação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos são Honduras e Colômbia – ambos países com governos identificados com a direita.

Há um número considerável de notícias contra o golpe de Estado em Honduras, de 2009, e a Organização dos Estados Americanos aparece por vezes como um palco importante de mobilização de organizações civis contra o Governo que se instaurou desde então.

Além de denúncias em vias de serem encaminhadas aos organismos internacionais, há referências de decisões e medidas cautelares em defesa desses grupos. Em uma notícia, por exemplo, o Movimento Andino contra a criminalização indígena na América Latina utiliza trechos de jurisprudência da Comissão e da Corte em defesa de seus interesses e direitos¹⁴.

Há incidência relevante de casos – sobretudo referentes ao Uruguai, com 8 notícias – envolvendo a atuação da Corte recomendando ou impondo a punição de Estados e a reparação de vítimas pela ação violenta perpetrada contra opositores civis em recentes ditaduras na América Latina.

As denúncias de criminalização de defensores de direitos humanos e integrantes de movimentos sociais envolvem a Colômbia, a Espanha e o Chile. A maior incidência desses casos refere-se ao recorrente uso da chamada “Lei antiterrorista” contra manifestantes e ativistas dos povos Mapuche, que implica a exclusão de vários direitos fundamentais do processo penal reconhecidos em tratados internacionais.

Mas a Alba TV também expôs críticas ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Aparecem tanto em notícias que trazem declarações de chefes de Estado, quanto em artigos de opinião.

Desde pelo menos dezembro de 2011, Correa já discursava na Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribenhos afirmando que a Organização dos Estados Americanos (OEA) estaria capturada por interesses estadunidenses e atacando o paradoxo de a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ter sede nos Estados Unidos enquanto aquele país não se submete ao Pacto de San Jose. Nessa ocasião, os chefes de Estado do Uruguai, da Bolívia e da Venezuela ressaltaram a necessidade de integração dos povos americanos contra o imperialismo.

O presidente venezuelano Venezuela anunciou, em abril de 2012, a possível retirada da CIDH, criticando o uso estratégico dessa organização por parte dos

¹⁴ *CRIMINALIZACIÓN del movimiento indígena en América Latina*, 2012.

Estados Unidos contra países insubordinados ao seu poderio, enquanto ele próprio desconhece sua jurisdição¹⁵.

O presidente boliviano Evo Morales, em março de 2013, ameaçou se retirar da CIDH por considerar que esse órgão seria financiado pelos Estados Unidos para julgar determinados países, funcionando assim como uma espécie de “base militar” daquele país e servindo aos seus “intereses hegemônicos”¹⁶. Em outra ocasião, em junho de 2012, reivindicou a adequação da OEA aos dias atuais – uma espécie de refundação do organismo internacional –, não podendo mais se manter naqueles moldes da época de sua fundação durante a Guerra Fria, devendo servir aos povos americanos e não apenas aos Estados Unidos¹⁷.

Em artigos de opinião publicados na página da Alba TV há outras críticas ao sistema interamericano de direitos humanos. O prêmio Nobel da paz argentino Adolfo Pérez Esquivel (2012) critica a influência militar atual dos Estados Unidos na América Latina com várias bases estrategicamente posicionadas e influência na formação de civis e militares em todo o continente. Ironiza o discurso do governo estadunidense sobre a defesa de direitos humanos, ao mesmo tempo em que seria um violador de direitos de maneira sistemática.

Há um artigo assinado pelo “Comitê Independencia y Soberania para América Latina” (2011) que expõe longamente uma suposta guerra declarada pela ultradireita estadunidense contra a ALBA, que vai desde a satanização de seus líderes e de suas políticas nos meios de comunicação do continente, até a manipulação instrumental da OEA mediante o argumento de supostas violações da democracia e dos direitos humanos.

O escritor e ensaísta venezuelano Luis Britto García (2011) lembra que a sangrenta ditadura de décadas que precedeu Hugo Chavez foi pouquíssimas vezes processada na OEA. Assegura que todas as denúncias atuais são baseadas em frágeis notas de meios de comunicação parciais. Da mesma forma, afirma que os tribunais internacionais são parciais e que “*el imperialismo usa los Derechos Humanos para negar a los humanos sus derechos*”.

Considerações finais

Os direitos humanos adquiriram um papel central na política internacional e se instaurou uma grande disputa semântica em torno deles. A esquerda elabora seus próprios conteúdos no jogo político, utilizando-se de todas as categorias de direitos humanos, não apenas dos sociais, econômicos e culturais. Sobretudo no âmbito dos movimentos sociais, aumenta a importância dos direitos civis, na proteção da integridade física e na liberdade de opinião, expressão e manifestação.

Longe de se pretender através dessa pesquisa generalizar uma panorama geral das esquerdas contemporâneas, o que se mostra é apenas a apropriação por parte da esquerda, talvez aquela mais à esquerda atualmente no poder na América Latina e Caribe.

É relevante o fato de uma organização internacional como a ALBA ter em destaque na sua estrutura um Conselho para Movimentos Sociais, uma vez que essas

¹⁵ VENEZUELA anuncia posible retiro de la CIDH, 2012.

¹⁶ BOLÍVIA evalúa su retiro de la CIDH, 2013.

¹⁷ PAÍSES del ALBA acapararon protagonismo en Asamblea OEA en Bolivia, 2012. EVO Morales plantea refundación de la OEA, 2012.

coletividades têm se afirmado cada vez mais nas relações internacionais como atores políticos fundamentais na globalização para pressionar os Estados pela promoção e proteção os direitos humanos.

A inclusão de uma rede de televisão comunitária internacional em sua estrutura que se volta, entre outros objetivos, para a criação e fortalecimento de outras redes comunitárias representa uma iniciativa importante para a democracia no continente no sentido de desconcentração dos meios de comunicação de massa e de produção e difusão de conteúdos e pontos de vistas plurais e contra-hegemônicos. Serve como instrumental para o fortalecimento de redes de defensores de direitos para além de fronteiras nacionais.

Na Alba TV o exercício da retórica dos direitos humanos é estratégico para denunciar algumas das questões atuais mais relevantes na temática de direitos humanos no continente, geralmente ausentes do noticiário das grandes redes de comunicação. Ela enfatiza mais a promoção do que de desrespeito aos direitos humanos pelos governos membros ou observadores da ALBA, enquanto divulga mais casos de violação em governos considerados de direita – sobretudo tratando-se da repressão a movimentos sociais. Isso se deve, em parte, a alguma seletividade nas publicações, mas também, e talvez em maior parte, ao fato de os governos considerados de direita serem mais avessos ao atendimento das reivindicações daqueles grupos mais vulneráveis e desprovidos de direitos, precisando utilizar com maior frequência o recurso da força.

Diante da valorização do discurso de direitos humanos e da atuação do sistema interamericano em diversos casos, o início da saída da Venezuela e as críticas dos líderes da ALBA ao funcionamento dos organismos internacionais não devem ser vistos necessariamente como a defesa da violência do Estado e o fim da proteção dos cidadãos desses países. Integrantes da ALBA pretendem antes promover a reforma do sistema para reduzir a grande ingerência dos Estados Unidos. Longe de defenderem a não proteção de direitos humanos no continente, preconizam outros mecanismos de defesa e promoção desses direitos.

Diante dos múltiplos significados políticos assumidos pelos direitos humanos conforme cada apropriação do termo, se a ideia de direitos humanos for considerada como utopia moral, conforme Moyn apregoa, então talvez será mais adequado falar-se em utopias, no plural. Mas essas utopias não são meramente morais, e sim essencialmente políticas, frutos de uma longa – e muitas vezes sangrenta – história de lutas sociais e conquistas envolvendo inúmeros grupos desfavorecidos política, econômica ou socialmente.

Bibliografia

ALBA TV (2012). Disponível em http://albatv.org/-Noticias-.html?id_mot=37 . Acesso em 12.12.2012.

ALIANZA Bolivariana para los pueblos de nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (2012). Disponível em <http://www.alba-tcp.org/> . Acesso em 01.12.2012.

ANISTIA Internacional (2012). Disponível em <http://www.amnesty.org/es/for-media/press-releases/americas-defensores-ddhh-sufren-incremento-ataques-2012-12-07> . Acesso em 09.12.2012.

ALVES, J. A. Lindgren. *Direitos Humanos: o significado político da Conferência de Viena*. Lua Nova – revista de cultura e política, No 32, CEDEC, 1994, pp. 169-180. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n32/a09n32.pdf>. Acesso em 12.06.2013.

- ALVES, J. A. Lindgren. *Os direitos humanos na pós-modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BOLÍVIA evalúa su retiro de la CIDH*. Alba TV (19.03.2013). Disponível em <http://www.albatv.org/Bolivia-evalua-su-retiro-de-la.html>. Acesso em 11.06.2013.
- COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos (2006). Disponível em [http://www.cidh.oas.org/pdf%20files/DEFENSORES%20PORTUGUES%20\(Revisada\).pdf](http://www.cidh.oas.org/pdf%20files/DEFENSORES%20PORTUGUES%20(Revisada).pdf). Acesso em 09.12.2012.
- COMITÊ Independência y Soberania para América Latina. *El imperio contra el ALBA*. Alba TV (18.04.2011). Disponível em <http://albatv.org/El-imperio-contra-el-ALBA.html>. Acesso em 23.12.2012.
- CORREA: la OEA debe 'revolucionarse o desaparecer'*. Alba TV (04.06.2012). Disponível em <http://albatv.org/Correa-la-OEA-debe-revolucionarse.html>. Acesso em 23.12.2012.
- CORREA no va a la Cumbre de las Américas*. Alba TV (02.04.2012). Disponível em <http://albatv.org/Correa-no-va-a-la-Cumbre-de-las.html>. Acesso em 23.12.2012.
- CRIMINALIZACIÓN del movimiento indígena en América Latina*. Alba TV (08.04.2012). Disponível em <http://albatv.org/Criminalizacion-del-movimiento.html>. Acesso em 23.12.2012.
- DOUZINAS, Costas. *O fim dos direitos humanos*. Trad. Luzia Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2009, pp. 417.
- ESQUIVEL, Adolfo Pérez. *Resurgimiento de la Doctrina de Seguridad Nacional y el masoquismo político*. Alba TV (18.09.2012). Disponível em <http://albatv.org/Resurgimiento-de-la-Doctrina-de.html>. Acesso em 23.12.2012.
- EVO Morales plantea refundación de la OEA*. Alba TV (04.06.2012). Disponível em <http://www.albatv.org/Evo-Morales-plantea-refundacion-de.html>. Acesso em 12.06.2013.
- GARCÍA, Luis Britto. *El uso inhumano de los derechos humanos*. Alba Tv (26.09.2011). Disponível em <http://albatv.org/El-uso-inhumano-de-los-derechos.html>. Acesso em 06.10.2012.
- GARCÍA, Luis Britto. *Todo lo que queria saber sobre Venezuela*. Alba Tv (06.10.2012). Disponível em <http://albatv.org/Todo-lo-que-queria-saber-sobre.html>. Acesso em 23.12.2012.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Trad. Isabel Loureiro e Maria Leonor Loureiro, 3ª ed., São Paulo: Autêntica, Nupsi, 2011, pp. 268.
- LIMA, Venício A. de. *Nada de novo na SIP*. IN Teoria e Debate, edição 106, 08.11.2012. Disponível em <http://www.teoriaedebate.org.br/colunas/midia/nada-de-novo-na-sip>. Acesso em 02.12.2012.
- MARINGONI, Gilberto. GLASS, Verena. *A regulação da mídia na América Latina*. Revista Desafios do Desenvolvimento, No 71, ano 09, IPEA, junho de 2012.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. Trad. Nélio Scneider. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 141.
- MOYN, Samuel. *The last utopia: human rights in history*. Cambridge, Massachusetts, and London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2010, pp 346.
- OGANDO, Ariel. *Alba Tv: proyecto para la integración comunicacional latinoamericana*. Revista Trabajadores, Universidad Obrera de México “Vicente Lombardo Toledano”, número 59, ano 11, março-abril de 2007. Disponível em http://www.uom.edu.mx/rev_trabajadores/pdf/59/59_Ariel_Ogando.pdf. Acesso em 12.06.2013.

OLIVEIRA, Luciano. *Imagens da democracia: os Direitos Humanos e o pensamento político de esquerda no Brasil*. Recife: Pindorama, 1995.

PAÍSES del ALBA acapararon protagonismo en Asamblea OEA en Bolivia. Alba TV (06.06.2012). Disponível em <http://www.albatv.org/Paises-del-ALBA-acapararon.html>. Acesso em 12.06.2013.

VENEZUELA anuncia posible retiro de la CIDH. Alba TV (30.04.2012). Disponível em <http://www.albatv.org/Venezuela-anuncia-posible-retiro.html>. Acesso em 12.06.2013.